

Panorama Político Brasileiro 2015

janeiro de 2016

INTRODUÇÃO

Crescente desde a chegada de Dilma Rousseff ao poder em 2011, a tensão entre o Governo e os partidos aliados atingiu níveis críticos em 2015 com a desagregação dos parlamentares da base em votações cruciais para a [Governabilidade](#) do Palácio do Planalto. Em meio à crise com o PMDB, o desfecho do ano para a presidente culminou com o [Poder Legislativo](#) dando início à tramitação de pedido de impeachment.

O ambiente político foi marcado pela falta de apoio do partido governista e pelo acirramento da oposição reforçada devido ao bom desempenho nas eleições presidenciais de 2014. O Governo ainda foi atingido ao ter diversos políticos importantes de sua administração acusados por novas denúncias da Lava-Jato e por decisões do [Poder Judiciário](#).

A situação também foi agravada pelo [Cenário Econômico](#) crítico que demandou discussões acerca de medidas de ajuste fiscal e cortes nas contas públicas, atingindo diretamente ações do [Poder Executivo](#). No campo [Internacional](#), foram realizadas ações em prol do aprimoramento do desempenho brasileiro no comércio exterior, como o Plano Nacional de Exportações (PNE) e acordos comerciais e de cooperação.

As [Perspectivas para 2016](#) apontam a necessidade de intensos esforços para vencer pautas remanescentes de 2015, combinados com articulações políticas em torno das eleições municipais.

GOVERNABILIDADE

No início do ano passado, Dilma assumiu uma postura mais reclusa visando minimizar o desgaste de sua imagem em decorrência das polêmicas medidas do ajuste fiscal que se anunciavam e do agravamento das denúncias de corrupção. Porém, a estratégia não surtiu o efeito esperado e sinalizou ainda a falta de comando político no País conforme as decisões mais importantes de sua gestão iam sendo tomadas sem o protagonismo presidencial.

Após o candidato do Governo, deputado **Arlindo Chinaglia** (PT/SP), ser derrotado na Eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados e as dificuldades observadas nas votações no Congresso, o vice-presidente **Michel Temer assumiu a articulação política do Governo**, com especial enfoque em recompor da base aliada e em apaziguar a crise vivida com o **PMDB** nos últimos anos. Assim, Temer se encarregou de negociar a aprovação dos primeiros itens do ajuste fiscal por meio da negociação da distribuição dos cargos de segundo escalão e do estabelecimento de um cronograma de liberação das emendas parlamentares. Apesar do sucesso de Temer em sua missão,

com a **aprovação dos primeiros itens do ajuste fiscal**, o Governo não entregou o prometido nas negociações aos aliados, dificultando ainda mais sua situação para os meses que se seguiram – já sem Temer no comando da articulação.

Nesse contexto, observou-se no **Congresso Nacional** intensa disputa de poder entre os parlamentares e o Planalto, que se viu imerso em complicadas negociações com os membros de sua base – projeto a projeto – em meio à insatisfação com os rumos tomados pelo Governo Dilma, que se soma a “preocupação” com a baixa governabilidade.

A peculiar situação de um vice-presidente à frente da articulação política evidenciou como o PMDB é determinante para o bom andamento das ações do Governo Dilma, o que fez com que a legenda passasse paulatinamente a demonstrar sua independência do Planalto – impondo-lhe derrotas e dificuldades para aprovação de seus projetos prioritários. As lideranças do partido já vinham anunciando a **tendência do PMDB de deixar a aliança com o PT** para as próximas eleições, mas, com as denúncias da Petrobrás atingindo também os presidentes **Renan Calheiros** (PMDB/AL) e **Eduardo Cunha** (PMDB/RJ), cresceu o distanciamento entre os partidos, que culminou no anúncio de rompimento formal de relações com o Planalto por parte de Cunha. Esse movimento ascendeu o alerta do Palácio do Planalto para a possibilidade de que a legenda deixasse o Governo ainda em 2015. Todavia, a atitude reverberou de maneira dividida no partido, situação que se tornou o condão das disputas políticas do segundo semestre.

Conforme evoluíam as discussões sobre a possibilidade de impeachment de Dilma Rousseff, com crescente apoio de membros do PMDB, ganhou força a ideia de que **Michel Temer pudesse assumir a Presidência da República**, como um político com maior apoio entre os partidos e capacidade de abrandar a crise política. Ele chegou a apresentar uma proposta de **união política em prol da governabilidade do País**, com vistas a evitar que as ações de fragilização da presidente viessem a comprometer gravemente as contas públicas e a capacidade econômica do País – que recebeu o apoio de parte do setor empresarial, representado por entidades como a FIESP e a FIRJAN. Nesse ímpeto, ainda em meio à inabilidade do Governo em apresentar propostas para tirar o País da crise, o PMDB apresentou o conjunto de propostas para a retomada do crescimento, chamado **“Uma Ponte para o Futuro”**.

Bases para o Impeachment / impugnação do mandato

“Pedaladas fiscais” – atraso no repasse do Tesouro Nacional a bancos (públicos e privados) e autarquias com o objetivo de maquiar as contas da administração central nos anos de 2013 e 2014

➤ Fórum: TCU / CN

Lava-jato – Recebimento de doações de campanha recebidas de empresas com suspeita de contrapartida pela conquista dos contratos com a Petrobrás

➤ Fórum: STF / TSE

Empresa de fachada nas Eleições – Irregularidades no pagamento de serviços gráficos durante as eleições

➤ Fórum: STF / TSE

Contudo, nos últimos meses do ano, o Planalto conseguiu se recuperar na articulação política ao reforçar seu relacionamento com a **ala governista do PMDB**, principalmente no Senado Federal, a partir da fragilização de Eduardo Cunha devido a novas denúncias

de corrupção envolvendo seu nome obtidas pela operação Lava Jato – tema que concentrou grande parte do debate político na Casa no segundo semestre.

Parte da retomada das forças do Governo no segundo semestre aconteceu justamente após a **Reforma Ministerial** (ocorrida sob o mote da contenção de gastos da União, com a redução, extinção e fusão de Ministérios), quando a presidente decidiu ampliar a participação do PMDB na Esplanada no comando de importantes pastas, como a de Ciência e Tecnologia, que passou a ser comandada por Celso Pansera (RJ), e de Saúde, agora sob a chefia de Marcelo Castro (PI) – ambos deputados ligados ao líder de sua legenda na Câmara, **Leonardo Picciani** (RJ).

Outra mudança importante promovida na reforma ministerial foi a troca no comando da Casa Civil com a entrada de Jaques Wagner (PT/BA). A nova equipe de articulação política ficou completa com a chegada de Ricardo Berzoini (PT/SP) para a então criada Secretaria de Governo – outro político do partido com bom trânsito entre os parlamentares.



Em meio à nova mudança de postura, o Planalto, com a cooptação do líder Leonardo Picciani, garantiu que apenas correligionários da ala governista do PMDB compusessem a Comissão que avaliará a admissibilidade do pedido de impeachment presidencial com base nas chamadas “pedaladas fiscais”. Esse movimento expôs ainda mais a divisão do partido, com Cunha arbitrando a possibilidade de apresentação de chapa avulsa para eleição dos membros dessa Comissão. A iniciativa contou com a vitória da chapa oposicionista, derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que

manifestou entendimento de que os nomes devem ser indicados pelos líderes partidários.

O racha no PMDB entre apoiadores e opositores ao Governo Dilma, atingiu ainda Michel Temer, que passou a ter sua reeleição para o cargo de presidente nacional da legenda ameaçado a partir das articulações promovidas especialmente pelos senadores do partido – liderados por Renan Calheiros. Agora também citado por delatores da Operação Lava Jato e com um motim intrapartidário para contornar, Temer perdeu força como alternativa para assumir a presidência da República e pôr fim à crise política.

A **crise econômica** também teve efeito direto na instabilidade política observada. Em busca de soluções para afastar o País da recessão econômica, Dilma apresentou um conjunto de medidas para promover o **ajuste fiscal** que representam um aumento da carga tributária e redução de benefícios trabalhistas – medidas que afirmou em campanha que não fariam parte de sua gestão e ainda contrárias às bandeiras dos partidos mais à esquerda do espectro político de sua base de sustentação, incluindo a do próprio PT.

Assim, além de lutar contra os partidos de oposição que cobravam a manutenção de seu discurso de campanha, Dilma sofreu também com a contrariedade e insurgência do PDT quanto às medidas trabalhistas e, até mesmo, por parte de parlamentares do PT, de maneira que a votação do primeiro item do ajuste fiscal contou com a deserção de 25% da base. Nesse sentido, **PDT e PTB chegaram a se afastar da base governista** no reinício das atividades legislativas no segundo semestre – entretanto, o movimento foi controlado após negociações com o Planalto. As **novas fases da Operação Lava Jato** trouxeram ainda maior tensão ao Palácio do Planalto, em virtude da prisão do ex-ministro José Dirceu – juntamente com seu irmão – e do início das negociações para um acordo de delação premiada por parte do ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque (considerado um dos homens fortes do PT no esquema de corrupção da estatal), de Fernando Baiano (apontado como intermediador do PMDB) e de Nestor Cerveró, ex-diretor da Área Internacional da Petrobras.

Decisão STF sobre o impeachment

Comissão especial da Câmara – Indicada por líderes partidários e eleita com voto aberto

Defesa de Dilma – A presidente terá o prazo de 10 sessões do Plenário da Casa para se manifestar sobre o processo

Papel do Senado – Caso aprovado pela Câmara, caberá aos senadores decidir se recebem ou não o pedido.

Afastamento de Dilma – A presidente somente será afastada se os senadores decidirem receber o processo.

Decisão – Tomada em duas fases de votação. A primeira, sobre os crimes de que é acusada (maioria simples). A segunda, sobre o mérito da condenação ou absolvição da presidente (quórum qualificado).

Efeitos – Se condenada, a presidente perde o cargo e assume o vice. Se absolvida, continua no cargo até o fim do mandato.

As delações e as investigações dela originadas apontaram o envolvimento de importantes figuras da política nacional, como o presidente Cunha, o presidente Renan e os senadores Fernando Collor (PTB/AL) e Delcídio Amaral (PT/MS), que foi preso após ser flagrado em gravação feita pelo filho de Cerveró em que tentava convencê-lo a sair do país em troca de dinheiro e um plano de fuga para o pai. As

energias do Governo também estiveram concentradas na defesa da presidente perante a opinião pública quanto às denúncias de corrupção, inflação crescente e desemprego, que se somaram ao debate sobre a possibilidade de impeachment – levantada pela oposição desde o início do ano e reforçada no segundo semestre a partir da recomendação da **rejeição das contas do Governo de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU)**. Enquanto isso, o Congresso também promovia investigações nas CPIs da Petrobras, BNDES e Fundos de Pensão, que representavam grande risco para a administração petista.

Imersa num cenário político extremamente hostil e diante uma economia em grave declínio, as pesquisas de aprovação do Governo divulgadas chegaram, em agosto, ao **menor índice de popularidade da presidente Dilma, apenas 8%**. A pesquisa mostrou um índice de reprovação de 71% – maior do que o aferido por Fernando Collor às vésperas de sofrer processo de impeachment. O dado mais preocupante foi a constatação de que 66% das pessoas entrevistadas são favoráveis à abertura do processo de impeachment da presidente.

COMPETITIVIDADE E CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2015, as políticas de estímulo ao crescimento – praticadas em todo o primeiro mandato de Dilma por meio da redução de tributos, refinanciamento de dívidas e facilitação do crédito – foram substituídas pelas medidas do **ajuste fiscal** a partir da troca da equipe econômica, que passou a ser comandada pelo ministro Joaquim Levy (Fazenda).

Com a mudança de orientação no Ministério da Fazenda, o Governo concentrou sua atenção no **ajuste das contas públicas** por meio da redução dos incentivos à produção e consumo, aumento de tributos e arrecadação e redução dos gastos públicos (compras e investimentos). As políticas foram amplamente criticadas por denotarem redução de direitos trabalhistas, não atacarem o gasto com a manutenção da máquina pública e não apontarem políticas de desenvolvimento econômico em contraposição à retração das políticas em curso.

Principais Medidas do Ajuste Fiscal	
Medidas	
Aumento de Tributos e Arrecadação	<p>Elevação da alíquota de PIS e Confins sobre a importação de 9,25% para 11,75% (MPV 668/15)</p> <p>IOF – A alíquota para operações de crédito passou de 1,5% a.a. para 3% a.a.</p> <p>Combustíveis – Elevação da CIDE, PIS e Cofins</p> <p>Repatriação de bens – Programa para repatriação e regularização de bens e divisas no exterior não declaradas (PL 2960/15 – Lei 13.254/16)</p> <p>Elevação de 15% para 20% da alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), devida por instituições financeiras (MPV 675/15)</p> <p>Programa de Redução de Litígios Tributários – Prorelit (MPV 685/15)</p>
Redução de Gastos Públicos	<p>Orçamento – Corte na previsão de gastos do Governo Federal para 2015 em R\$ 89 bi</p> <p>Restrição ao acesso à pensão por morte (MPV 664/15)</p>

Principais Medidas do Ajuste Fiscal	
Medidas	
	Restrição ao acesso ao seguro-desemprego , ao abono salarial e ao seguro-defeso (MPV 665/15) Setor Elétrico – Suspensão dos repasses ao fundo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) previstos em R\$ 9 bilhões em 2015
Redução de Incentivos	Alteração da sistemática de contribuição previdenciária patronal pelo faturamento (PL 863/15) - Aumento das alíquotas de 1% para 2,5% e de 2% para 4,5% - Caráter opcional REINTEGRA – Redução do benefício de 3% para 1% IPI Automóveis – Fim dos descontos BNDES – Redução na participação em financiamentos e aumento da taxa de juros de longo prazo (TJLP) 5,5% a.a. para 6% a.a. PSI – Remanejamento dos limites de contratação de linhas de crédito Aumento do IPI Bebidas e fim do Programa de Inclusão Digital (MPV 690/15) Aumento do IR sobre ganhos de capital (MPV 692/15 - pendente de aprovação no Congresso) Redução dos benefícios para a indústria química e suspensão dos incentivos para P&D Fim das isenções nos Fundos de Investimentos (MPV 694/15 - pendente de aprovação no Congresso)

Além da pressão decorrente da redução de benefícios trabalhistas, o plano de ajuste fiscal contou ainda com a **resistência do setor empresarial**, principalmente em função do aumento das alíquotas da contribuição previdenciária patronal, tratada pela equipe econômica como uma das principais medidas do ajuste.

Já os **cortes no orçamento** tiveram um impacto significativo na economia nacional. No início do ano, o Governo publicou decreto com a redução de gastos em 33% até a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e um teto de R\$ 60 bilhões no primeiro quadrimestre para dispêndios com o custeio, além da limitação de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em R\$ 15 bilhões no período – uma redução de 22% frente à média então prevista para o ano. O período contou ainda com um empenho orçamentário muito abaixo do estipulado em diversos órgãos como os Ministérios dos Transportes (6,4%), da Integração (2,8%) e das Cidades (1,6%).

Após a aprovação da LOA, foi anunciado ainda um **contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões**, dos quais 67% foram concentrados nos investimentos e nas emendas parlamentares. Os Ministérios que tiveram os maiores cortes foram o das Cidades (R\$ 17,23 bilhões), da Educação (R\$ 9,42 bilhões) e da Saúde (R\$ 11,77 bilhões).

O impacto foi sentido principalmente nas **obras de infraestrutura**, que tiveram atrasos de pagamento em torno de 90 dias às empreiteiras de todo o País e paralização de diversas obras sobre o controle do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que fez com que o órgão priorizasse as obras de manutenção em detrimento às de duplicação e de novas rodovias. Os atrasos também atingiram pagamentos na ordem de R\$ 1,5 bilhões para construções do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – um dos projetos mais explorados por Dilma Rousseff durante a campanha presidencial.

Com a restrição orçamentária e conseqüente escassez das disponibilidades para investimento público em infraestrutura, o Governo Federal lançou uma **nova fase do Programa de Investimento em Logística (PIL)**, voltado para concessões de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos no valor de R\$ 198,4 bilhões. Entretanto, apenas R\$ 69,2 bilhões estão relacionados a aportes previstos para o mandato da presidente Dilma Rousseff (até 2018).

Observando a crise econômica do País e a dificuldade do Governo na aprovação de mecanismos considerados pelo mercado financeiro como necessários para suplantá-la, **as três principais agências de risco internacionais**

rebaixaram a nota do Brasil ao longo de 2015. Dessas, as agências americanas Standard & Poor's e Fitch retiraram o chamado "selo de bom pagador" da economia brasileira. Apenas a Moody's mantém o Brasil com grau de investimento, mas em dezembro a agência colocou a nota em revisão para possível rebaixamento. A perda do grau de investimento pela segunda

agência coloca o Brasil numa **perspectiva negativa**, já que pode provocar uma saída de recursos do País, já que muitos fundos só permitem a aplicação em investimentos que tenham grau de "bom pagador" em pelo menos duas agências. As três agências também reduziram as notas dos governos estaduais e de algumas das **maiores empresas brasileiras**, como: Petrobrás, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, CCR, Ambev, Votorantim, Ultrapar e Globo.

Visando promover ajustes na economia, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BACEN) elevou a **taxa básica de juros** (Selic) de 11,75% a.a. para 14,25% a.a. ao longo de 2015. Na primeira reunião do Comitê em 2016, a taxa foi mantida em meio à forte pressão do governo e setor empresarial.

A **inflação**, alvo de grande preocupação por parte do Governo e de analistas, fechou 2015 em 10,67%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), muito acima do teto da meta, estipulado em 6,5%. A última vez em que a inflação ficou acima do teto do sistema de metas de inflação foi em 2003. O valor é bem superior à taxa aferida em 2014 (6,41%), 2013 (5,91%) e 2012 (5,81%).

Além dos fatores internos, a alta do **dólar** também exerceu forte pressão inflacionária no País ao fechar o ano com alta de 48,56%, que já vinha de uma valorização de 12,8%

Classificações das agências de risco

Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's	Significado na escala
AAA	Aaa	AAA	Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco
AA+	Aa1	AA+	
AA	Aa2	AA	
AA-	Aa3	AA-	
A+	A1	A+	
A	A2	A	
A-	A3	A-	
BBB+	Baa1	BBB+	Grau de investimento, qualidade média
BBB	Baa2	BBB	
BBB-	Baa3	BBB-	
BB+	Ba1	BB+	Categoria de especulação, baixa classificação
BB	Ba2	BB	
BB-	Ba3	BB-	
B+	B1	B+	
B	B2	B	
B-	B3	B-	
CCC	Caa1	CCC+	Risco alto de inadimplência e baixo interesse
CC	Caa2	CCC	
C	Caa3	CCC-	
RD	Ca	CC	
D	C	C	
		D	

Fonte: G1

em 2014. Com o avanço do dólar, o Banco Central registrou prejuízo recorde com operações de intervenção no câmbio de R\$ 89,66 bilhões – mais de cinco vezes maior do que o apurado em 2014 (R\$ 17,32 bilhões).

Em meio às incertezas do mercado brasileiro (também ligadas ao desempenho das grandes empresas investigadas na Operação Lava-Jato), as ações das empresas brasileiras sofreram forte queda, fazendo com que o **índice Ibovespa** encerrasse o ano com **queda acumulada** de 13,31%, em continuidade à sequência de desvalorização observada em 2014 (2,91%) e 2013 (15,5%).

Já a **balança comercial** brasileira registrou seu melhor resultado nos últimos quatro anos com superávit de US\$ 19,69 bilhões – frente ao déficit de US\$ 3,93 bilhões registrado em 2014. O superávit é resultado da retração econômica do País que, com um dólar mais caro, reduziu em 24,3% suas importações. Já as exportações foram 14,1% menores do que o apurado no ano anterior – atingindo o menor valor de média diária desde 2009. Destaca-se ainda que o Brasil obteve o **menor déficit na balança de manufaturados** desde 2010, porém, ainda apresentando um alto valor: US\$ 71,9 bilhões.

Indicadores Econômicos 2015		
Indicador	Valor	Comparação 2014
Selic	14,25% a.a.	▲ 3,50
Dólar	R\$ 3,9480	▲ 48,56%
Bolsa	43.349 pts	▼ 13,31%
Inflação	10,67%	▲ 4,26
PIB	- 3,73%*	▼ 3,83
Balança Comercial	US\$ 19,69 bi	▲ US\$ 23,7 bi

* expectativa do setor econômico para o fechamento de 2015

Outro fator de grande impacto foi a queda do preço do petróleo, fazendo com que o saldo das transações do produto, seus derivados e combustíveis tivesse um déficit de apenas US\$ 5,73 bilhões em 2015, contra um resultado negativo de US\$ 16,93 bilhões em 2014 – o que impactou favoravelmente a balança comercial em US\$ 11,2 bilhões. Outro resultado positivo apurado pelo Banco Central foi que o **ingresso de divisas** superou a saída de valores no Brasil em US\$ 9,41 bilhões em 2015 – após dois anos consecutivos de saldo negativo, em 2013 (US\$ 12,26 bilhões) e 2014 (US\$ 9,28 bilhões).

Para o **Produto Interno Bruto (PIB)** de 2015, as últimas previsões do mercado estipulam uma retração de 3,73%. Se a previsão se confirmar, esse seria o pior resultado em 25 anos e a primeira vez que o País registraria dois anos seguidos de contração na economia. No acumulado de 12 meses, com fechamento em novembro, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), calculado pelo Banco Central, registrou contração de 3,63%

O **superávit primário** foi novamente alvo de intensos debates políticos em 2015. Em meio à crise econômica e à pressão para o fim das maquiagens nas contas públicas, a equipe econômica promoveu mudanças na previsão do valor do superávit, apresentando pela primeira vez uma perspectiva de resultado negativo das contas públicas, tendo como última previsão o valor de R\$ 51,8 bilhões – o pior resultado já registrado.

Evolução das Contas Públicas

(em bilhões / % do PIB)



Com os dados finais das receitas da União ainda em elaboração, a Receita Federal registrou no ano passado a **menor arrecadação total desde 2010** (R\$ 1,221 trilhão). Esse valor representa uma queda real de 5,62%, com um crescimento nominal de 2,83%. Segundo a Receita Federal, o principal fator para a redução da arrecadação foi a realização de negociação de parcelamentos de dívidas em 2014 (como o Refis da Copa), que não se repetiram em 2015. No ano passado, foram arrecadados R\$ 21,441 bilhões, com os parcelamentos especiais, contra R\$ 35,826 bilhões, em 2014 – uma redução real de 44,78%.

Os dados consolidados até junho mostraram as **contas do governo central** com déficit de R\$ 2,58 trilhões, significando um aumento de 17,28% da dívida nos últimos doze meses. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida pública pode chegar ao patamar máximo de R\$ 2,6 trilhões no fim deste ano – R\$ 305 bilhões a mais em relação ao fechamento de 2014. O Plano Anual de Financiamento da dívida pública (PAF), feito pelo Tesouro Nacional, também estabelece um piso de R\$ 2,45 trilhões para o débito público no fim deste ano, o que representaria uma alta de R\$ 155 bilhões em comparação com dezembro do ano passado.

Seguindo a tendência dos dados financeiros e comerciais, a **geração de empregos** mais uma vez foi destaque negativo em 2015. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego ficou em 9% no trimestre, encerrado em outubro – a maior taxa da série histórica, iniciada em 2012. A população desocupada chegou a 9,1 milhões de pessoas – um aumento de 38,3% em comparação com o mesmo período de 2014.

Na comparação entre novembro de 2015 e o mesmo mês de 2014, o emprego industrial mostrou queda de 7,2% – o 50º resultado negativo consecutivo nesse tipo de comparação.

Já os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que o país

**Taxa de Emprego
novembro/2015 vs. novembro/2014**

- refino de petróleo e produção de álcool (+0,7%).
- papel e gráfica (-3,6%)
- calçados e couro (-5,1%)
- indústrias extrativas (-5,1%)
- madeira (-5,6%).
- vestuário (-9%)
- metalurgia básica (-9,1%)
- produtos têxteis (-9,2%)
- minerais não-metálicos (-9,4%)
- máquinas e equipamentos (-10,0%)
- produtos de metal (-11,7%)
- outros produtos da indústria de transformação (-11%)
- borracha e plástico (-12,5%)
- meios de transporte (-14,1%)
- máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-15,8%)

Fonte: IBGE

fechou 1,54 milhão de vagas formais em 2015 – pior taxa em 24 anos. Apenas em dezembro foram registradas quase 600 mil demissões. Com o resultado negativo, o número total de empregos formais existentes atingiu 39,663 milhões de pessoas – recuo que deixou o país no mesmo patamar de 2012, quando fechamos o ano com 39,646 milhões de empregados com carteira assinada.

O setor que mais demitiu foi a indústria de transformação, com 608 mil demissões – somente o Polo Industrial de Manaus teve perda de 20.749 empregos em 2015. Em seguida apareceram o setor da construção civil (- 416 mil vagas), de serviços (-276 mil vagas), comércio (-218 mil vagas), indústria extrativa mineral (-14 mil vagas) e administração pública (- 9,23 mil vagas). Apenas a agricultura apresentou saldo positivo de criação de vagas, contratando mais 9,8 mil trabalhadores formais.

A partir do desgaste sofrido no processo de implementação ainda parcial de suas políticas, Joaquim Levy foi substituído nas últimas semanas de dezembro pelo então Ministro do Planejamento, **Nelson Barbosa**, com quem dividia o desenho e a responsabilidade da política econômica brasileira. A mudança foi vista como negativa pelo setor financeiro por creditar-se a Barbosa algumas decisões da equipe econômica mal avaliadas pelo mercado, como o abrandamento dos cortes orçamentários.

INTERNACIONAL

No plano internacional, a notícia de maior destaque foi a assinatura do **Tratado Transpacífico** por doze países (Estados Unidos, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã) para eliminar barreiras comerciais e definir padrões comuns para a comercialização de determinados bens e serviços. A expectativa é que, sendo aprovado por todos os países, o pacto movimente US\$ 223 bilhões por ano a partir de 2025. O anúncio do pacto levantou preocupações para o Brasil, que deve perder competitividade para a venda aos países do novo bloco.

Num ano com fraco desempenho econômico de seus membros, o **BRICS** (grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) se destacou apenas pelo início das operações do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e pela continuidade dos acordos de cooperação entre os países membros em diversas áreas.

O **Mercosul** foi novamente afetado no campo econômico com resultados ruins, observados principalmente no Brasil, Argentina e Venezuela (que ainda conviveu com sérias dificuldades políticas no período). Nesse contexto, pesou ainda a redução do comércio exterior latino-americano em 14%, com trocas inter-regionais diminuídas em 21%. Já o acordo com a União Europeia não teve avanços significativos no último ano.

Mais uma vez, a **Organização Mundial do Comércio (OMC)** aprovou a abertura de disputa comercial contra o Brasil, envolvendo as políticas de incentivos fiscais para a produção local destinada a setores como telecomunicações, automóveis e tecnologia. A nova disputa foi aberta pelo Japão em setembro e soma-se àquela iniciada no fim de 2014 pela União Europeia com o mesmo objeto. Levantamento da entidade divulgado

em novembro chamou ainda a atenção para o grande número de medidas protecionistas implementadas pelo Brasil: 148 desde 2008.

Por outro lado, para as **relações diplomáticas com os Estados Unidos**, o ano contou com um importante passo para superação do episódio da espionagem americana ao Governo Brasileiro a partir da visita oficial de três dias de **Dilma Rousseff** aos Estados Unidos. Como resultado das conversas com Barack Obama, foram anunciados diversos **acordos de cooperação e compromissos** entre as duas nações sobre temas das agendas bilateral, regional e multilateral nas áreas de comércio exterior, previdência, defesa, agricultura, educação e ciência e tecnologia.

Com o arrefecimento da economia local e a alta do dólar, o Governo passou a apostar nas vendas ao exterior para sustentação do PIB. Nesse contexto, foi lançado em junho o **Plano Nacional de Exportações** (PNE), que prevê medidas para estimular, facilitar e expandir as exportações brasileiras. O Programa foi construído em torno de cinco diretrizes: i) acesso a mercados; ii) promoção comercial; iii) facilitação de comércio; iv) financiamento e garantias às exportações; e v) aperfeiçoamento de mecanismos e regimes tributários de apoio às exportações.

O plano priorizou relações comerciais com Estados Unidos, China, União Europeia (UE) e os membros da Aliança do Pacífico (Chile, México, Colômbia e Peru), além do fortalecimento das trocas comerciais com os países do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). Apesar de prever a ampliação de recursos, o plano não trouxe uma estimativa sobre a contribuição dada às exportações brasileiras ou uma meta de desempenho para o resultado comercial do país.

Nesse contexto, os ministros **Armando Monteiro** (Desenvolvimento) e **Kátia Abreu** (Agricultura) promoveram ainda diversas missões com vistas à abertura de novos mercados. Ao longo do ano, o MDIC realizou missões comerciais a 23 países em 2015 – quase o mesmo número de países visitados durante todo o primeiro Governo Dilma (25). Já o MAPA teve como principal foco a retirada de barreiras comerciais às carnes brasileiras de países como China, Rússia e Japão, entre outros.

Outro fato relevante no âmbito internacional foi a **assinatura do acordo ambiental em Paris** pelos líderes mundiais. O acordo é considerado o entendimento ambiental mais abrangente desde o Protocolo de Kyoto (1997) e obriga todos os países a apresentar metas para reduzir as emissões de carbono – algo que vinha sendo exigido apenas dos países desenvolvidos.

PODER EXECUTIVO

Em 2015, o Governo concentrou suas ações em torno das **políticas para o enfrentamento da crise** com enfoque no ajuste fiscal, infraestrutura e questões comerciais, mantendo em segundo plano as incumbências das demais pastas, que também sofreram redução de suas atividades em função da falta de recursos disponíveis no ano.

O **aperto orçamentário** impactou ainda ações que foram destaque no último mandato da presidente Dilma, como o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – que teve que sofrer profundas mudanças para ter continuidade neste ano, como o aumento das taxas de juros aplicadas, redução do número de novas bolsas e aumento do critério de seleção dos estudantes, o que prejudicou as atividades de instituições privadas de ensino superior por todo o País.

A **Previdência Social** também foi destaque como reflexo das medidas de ajuste fiscal que mudaram a regra de acesso aos benefícios previdenciários. Entretanto, no âmbito das discussões dessa alteração, os parlamentares aprovaram uma mudança no **cálculo do fator previdenciário**. O Planalto foi forçado a vetar a mudança em função dos enormes impactos no sistema de previdência oficial e, em contrapartida, publicou a Medida Provisória 676/2015, alterando a regra previdenciária para a chamada **“fórmula 85/95”**, para que a aposentadoria passe a depender de um somatório entre idade e tempo de contribuição.

Ainda como resposta ao momento de crise econômica, o governo editou a Medida Provisória 680/2015, que trata sobre o **Plano de Proteção ao Emprego (PPE)**. O Plano permite que as empresas em dificuldades financeiras temporárias reduzam a jornada de trabalho de seus funcionários em até 30%, com redução proporcional do salário pago pelo empregador por até seis meses. A diferença de remuneração será compensada em 50% (limitada a R\$ 900,84) pelo Governo com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A estimativa é que o PPE preserve, neste ano, o emprego de 50 mil trabalhadores com salário médio de R\$ 2,2 mil, a um custo de R\$ 100 milhões.

Já o **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)** se destacou pelas missões internacionais para retirada de barreiras aos produtos agropecuários brasileiros; alteração no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa); e o lançamento do **Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016**, disponibilizando R\$ 187,7 bilhões para apoiar a produção agropecuária, sendo R\$ 149,5 bilhões destinados às operações de custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões aos programas de investimento. É válida ainda a menção à grande reestruturação dos cargos de coordenação no Ministério.

A **Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE)** foi uma das pastas de maior atuação. Com grande prestígio perante o Palácio do Planalto, o ministro **Afif Domingos** continuou sua peregrinação aos estados na “Caravana da Simplificação” e participou da construção do programa “Pronatec Aprendiz” para as micro e pequenas empresas, além de comemorar a marca de 5 milhões de microempreendedores individuais no Brasil.

Sua atuação é destacada ainda no Congresso Nacional, onde busca modificar mais uma vez o **Simples Nacional** – agora com a derrubada à restrição de adesão de alguns setores, como de vinhos e cervejas artesanais, e a ampliação do limite de faturamento para participação no programa para até R\$ 14 milhões, com alteração nas atuais tabelas de tributação para redução do impacto na troca de faixas.

Além das medidas do ajuste fiscal, o Ministério da Fazenda (MFaz) ganhou evidência pelos escândalos envolvendo a Operação Zelotes, que apurou irregularidades nos processos avaliados pelo **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)**,

com denúncia de manipulação dos resultados mediante pagamento de propina aos conselheiros. Como efeito das denúncias, o órgão teve suas reuniões suspensas entre março e julho e passou por uma reestruturação – que contou com alterações em seu regimento interno e sua composição. O número de conselheiros foi reduzido de 216 para 120; o período de mandato caiu de três para dois anos; e os conselheiros passaram a ser remunerados.

Na esfera ambiental, teve evidência a assinatura do **acordo setorial para logística reversa de embalagens**, que se juntou a outros dois acordos já em vigor para reciclagem de embalagens plásticas de óleos lubrificantes, de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista (assinado em 2014, mas publicado apenas em março de 2015). Agora, estão pendentes apenas as assinaturas dos acordos para logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes; e de resíduos de medicamentos e suas embalagens. O **desastre ambiental de Mariana** – que provocou o debate sobre a reformulação da legislação ambiental voltada para empreendimentos potencialmente poluidores – mobilizou o Governo e deve influenciar no debate do **Marco Regulatório da Mineração**.

Na área da saúde, o Ministério lançou a versão digital do **Cartão SUS** ampliando as ferramentas de acesso aos serviços de saúde. Ganham destaque a polêmica da **fosfoetanolamina** como tratamento alternativo para o câncer; a liberação pela Anvisa do uso do **Canabidiol**, substância encontrada na maconha; e o surto do **Zika Vírus** no País que tem provocado número elevado de nascimentos de crianças com microcefalia.

Em um ano marcado pelo **aumento da tributação e redução de incentivos ao setor produtivo**, uma vez mais, a maior parte das medidas de destaque do Governo foram implementadas por meio de Medidas Provisórias, como as descritas no quadro das **Principais Medidas do Ajuste Fiscal** (páginas 5 e 6).

Ao longo do ano, a presidente Dilma Rousseff apresentou 43 MPVs – 48% a mais do que o apresentado em 2014 (29) e 22% a mais do que o observado em 2013 (35). Dentre as MPVs editadas, apenas duas tiveram sua vigência encerrada por não serem aprovadas dentro do prazo constitucional, sendo que outras quatro apresentadas em 2014 também tiveram o mesmo fim. Dentre as 37 com prazo de encerramento de vigência em 2015, 7 (19%) não foram aprovadas pelo Congresso Nacional, frente a 12 (41%) em 2014, 13 (32%) em 2013 e apenas 5 (14%) em 2012.

As principais medidas nessa situação foram a **MPV 669/15**, que promovia alteração da sistemática de cobrança da contribuição previdenciária patronal pelo faturamento (devolvida pelo Congresso) e a **MPV 683/14**, que criava o fundo de desenvolvimento regional para a equalização das alíquotas do ICMS. As outras cinco medidas tratavam da abertura de crédito extraordinário à órgãos da administração pública.

Destaca-se ainda que mesmo em meio à crise política, das 163 leis publicadas no ano passado, 75 foram de autoria do Poder Executivo, ante as 79 do Congresso.

Em 2015, foram aprovados os nomes de 24 **diretores de agências reguladoras e autarquias federais**, com ênfase para a recomposição da **ANTT** – Agência Nacional de Transportes Terrestres, que contou com a aprovação de quatro diretores ainda no

primeiro semestre, e do **DNIT** – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, que também aprovou quatro diretores. Foi destacada ainda a aprovação de dois novos diretores para a **ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e três para a **ANAC** – Agência Nacional de Aviação Civil.

Outras aprovações de relevo aprovadas foram as de Otávio Damaso e Tony Volpon para a diretoria do **BCB** – Banco Central do Brasil; de Gustavo Borba para a **CVM** – Comissão de Valores Mobiliários; e de Alexandre Macedo, Cristiane Schmidt, Eduardo Frade Rodrigues, João Paulo de Resende e Paulo Burnier como conselheiros do **CADE** – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Agência Reguladora	Novos Diretores
ANA – Agência Nacional de Águas	Ney Maranhão
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	José Ricardo Pataro Ricardo Fenelon Juliano Alcântara Noman
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações	Aníbal Diniz Otavio Luiz Rodrigues Junior
ANCINE – Agência Nacional do Cinema	Débora Regina Inanov Gomes
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar	Karla Santa Cruz Coelho
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	Carlos Fernando do Nascimento* Marcelo Bruto da Costa Correia Marcelo Vinaud Prado Sérgio de Assis Lobo
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Jarbas Barbosa da Silva Júnior Fernando Mendes Garcia Neto
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica	Paulo Burnier da Silveira Alexandre Cordeiro Macedo Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt João Paulo de Resende Eduardo Frade Rodrigues
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	Gustavo Rabelo Tavares Borba
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte	Gustavo Adolfo Andrade de Sá Luiz Antônio Ehret Garcia Fernando Fortes Melro Filho Erick Moura de Medeiros

* Ocupa o cargo de diretor interino da Agência desde 2012.

PODER LEGISLATIVO

O ano foi marcado pela **intensa atividade** do Congresso Nacional em busca do protagonismo nas decisões sobre os principais temas de Governo, em contraponto à fragilidade vivida pelo Poder Executivo. Nesse contexto, também tiveram destaque as **disputas entre a base aliada e o Palácio do Planalto** e as movimentações das **Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)** com investigações de impacto direto no Governo.

Na Câmara dos Deputados, o **presidente Eduardo Cunha** imprimiu um ritmo acelerado a importantes discussões no Plenário da Casa e, em várias ocasiões, direcionou a votação dos parlamentares em caminho diverso daquele defendido pelo Palácio do Planalto. Com um discurso crítico à presidente Dilma Rousseff, Eduardo Cunha deu seguimento regimental aos requerimentos de criação de CPIs consideradas prejudiciais ao Governo, como as **CPIs da Petrobrás, do BNDES e dos Fundos de Pensão**.

No Senado, **Renan Calheiros** oscilou em diversos momentos sua postura perante os interesses da presidente Dilma – após um início de ano alinhado, teve episódios de cizânia a partir de seu envolvimento nas denúncias da Lava Jato, como representado pelo ato de **devolução da MPV 669/15** (desoneração da folha) à Presidência da República.

Em meio à crise política, o **Poder Legislativo impôs diversas derrotas ao Governo**, como a manutenção da doação de campanha por empresas; alteração do fator previdenciário; extensão de regra de ajuste do salário mínimo para aposentadoria; orçamento impositivo; redução da maioria penal para crimes hediondos; reajuste dos servidores do Poder Judiciário; e retardamento e alteração das propostas do ajuste fiscal.

As derrotas impostas buscaram mostrar a **independência do Parlamento** e forçar maior desgaste político da presidente Dilma nas negociações com a base aliada e, principalmente, ao colocá-la em necessidade de aposição de vetos – o que expôs negativamente a presidente à opinião pública, sobretudo, quando esses foram relacionados a projetos trabalhistas.

Sob forte influência do clima político, tiveram destaque entre as **matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados**: reforma política; redução da maioria penal; alteração do Simples Nacional (com mudanças de tabelas e elevação do teto); elevação da remuneração do FGTS até 6% a.a.; a nova tributação do ISS; e a Regulamentação da Terceirização – matérias que aguardam a deliberação dos senadores em 2016.

O debate sobre a **terceirização** ganhou evidência por todo o País durante sua apreciação pelos deputados em Plenário, que contou com intensa articulação do setor produtivo em prol do avanço da matéria, além de diversas manifestações contrárias das centrais sindicais e representantes da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. O projeto representou ainda uma tentativa do PT de reaproximação com os trabalhadores e sindicatos após a redução de benefícios trabalhistas presentes nas medidas do ajuste fiscal. Apesar da aprovação do projeto pelos deputados, o texto final trouxe diversas alterações consideradas negativas pelo setor produtivo, como a responsabilidade solidária.

Já as **atenções do Senado Federal** estiveram concentradas nas discussões da situação econômica do Brasil e as medidas do ajuste fiscal; da PEC do Comércio Eletrônico; das alterações às leis de arbitragem e mediação; da atualização do Código de Defesa do Consumidor – CDC; e da reforma política – que contou com Comissão Especial para análise do tema.

A mudança no **sistema de participação da Petrobrás na exploração do Pré-sal** também gerou muita polêmica na Casa em razão da proposta liderada pelo senador José Serra (PSDB/SP) visando reduzir a participação mínima da empresa na exploração da camada pré-sal face às dificuldades financeiras enfrentadas a partir dos efeitos da operação Lava Jato. Devido às controvérsias, a continuação do debate da matéria teve que ser adiada.

O debate acerca da prisão do senador **Delcídio Amaral**, então líder do Governo no Senado, também marcou o ano da Casa. Após anunciada sua prisão, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), coube aos senadores decidirem (por 59 votos a 13) que Delcídio deveria continuar preso, numa sessão extremamente tensa que contou com a pressão do senador Renan Calheiros pedindo a seus pares que refletissem sobre o precedente que estaria sendo aberto a partir da decisão.

Outras matérias de maior relevância debatidas pelos congressistas que já se tornaram lei foram: Novo Marco Legal da Biodiversidade; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; Código Nacional de Ciência e Tecnologia; Minirreforma Eleitoral; Repatriação de recursos do exterior; e Nova sistemática de contribuição previdenciária patronal.

A **contribuição previdenciária patronal** foi um dos temas de movimentação mais intensa do setor produtivo em 2015. A proposta que aumentou as alíquotas de 1% para 2,5% e de 2% para 4,5% (com a introdução da opção pela adesão ao sistema) num momento de dificuldade econômica foi duramente criticada pelas entidades empresariais, especialmente em virtude do caráter permanente conferido à sistemática no fim de 2014. Apesar da atuação de vários setores visando a rejeição ou redução da reoneração disposta no projeto, a construção de um novo acordo entre o Palácio do Planalto e sua coalização partidária foi mais forte e a medida foi aprovada, tendo sido preservados os setores de comunicação social, *call center*, transporte, cesta básica e calçados.

No ano passado, **o Congresso Nacional apreciou 52 vetos presidenciais**, dos quais 3 foram derrubados: i) impressão dos votos; ii) elevação para 75 anos a aposentadoria compulsória dos servidores públicos; e iii) prazo de 15 dias para que os bancos transfiram para estados e municípios o dinheiro referente a depósitos judiciais e administrativos.

Um dos vetos mais polêmicos foi o que tratava do **aumento do Judiciário**, que contou com inúmeras manifestações dos servidores no Congresso durante todo o ano e foi objeto de grande preocupação do Planalto em função da estimativa de impacto de R\$ 36 bilhões até 2019. Apenas em meados de novembro foi possível apreciar o veto que foi mantido, inclusive com votos da oposição receosa com o agravamento do desequilíbrio fiscal.

Parlamentares em destaque

No exercício de suas funções como presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, **Eduardo Cunha** e **Renan Calheiros** estiveram no centro do

encaminhamento das discussões de Plenário e, em meio à crise com a base aliada, a atuação dos dois parlamentares e a influência exercida dentro do PMDB foram determinantes para o andamento de votações prioritárias para o Governo.

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

A força de Renan pareceu oscilar ao longo do ano, contudo, o senador mostrou habilidade para se valorizar politicamente por meio do exercício do cargo de presidente do Senado e ao ensaiar seu afastamento do Governo em determinados momentos. Apesar da instabilidade, Renan foi fundamental para a manutenção da governabilidade em contraposição à postura adotada por Cunha, mantendo ainda os senadores do PMDB alinhados ao Palácio do Planalto no Congresso.



Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)

Cunha foi a figura central da política nacional em 2015, especialmente por influenciar diversos parlamentares de partidos da base, insatisfeitos com os caminhos adotados pelo Governo, a votarem contra o interesse do Planalto. No comando da Câmara, ganhou notoriedade pelo ritmo intenso de votações em Plenário e por dificultar o andamento de temas de interesse do Governo com inovações na interpretação do Regimento – muito criticadas pelo Palácio do Planalto. Cunha também se destacou por incentivar os trabalhos de CPIs que afetavam politicamente o Governo e por dar seguimento ao pedido de impeachment presidencial.

Senadores



Senador José Serra (PSDB/SP)

Teve protagonismo ao direcionar o resultado de importantes discussões na Casa, como a proposta de redução da maioria penal; indexador das dívidas dos estados; reforma política e mudança no sistema de participação da Petrobrás na exploração do pré-sal.

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Manteve sua postura de liderança na condução das discussões mais relevantes da Casa, sendo o relator da Lei Orçamentária Anual 2015; da Comissão Especial da Reforma Política; e da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação dos Dispositivos da Constituição Federal. Ele relatará, ainda, a CPI do Futebol, que deve ter destaque nas discussões da Casa.





Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Líder do PMDB, consolidou sua posição de articulador de projetos relevantes, exercendo sua influência sobre os demais parlamentares da base de apoio ao Governo, além de emplacar nomes da indicação de cargos no Poder Executivo. É visto como um nome forte para suceder Renan Calheiros na presidência do Senado em 2017.

Senadores Vanessa Grazziotin, Ronaldo Caiado e Cássio Cunha

Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) se destacou pela constante defesa do Governo Dilma perante o Senado, mesmo durante os momentos de maior dificuldade, como na rejeição das contas de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Já pela oposição, sobressaíram-se os senadores Ronaldo Caiado (DEM/GO) e Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), que lideraram seus partidos nas discussões sobre o impeachment presidencial e demais críticas ao Governo.



Senador Paulo Paim (PT/RS)

Exponente das causas trabalhistas e presidindo a Comissão de Direitos Humanos – CDH, manifestou-se em debates contra as medidas do Governo que reduziram os gastos com benefícios trabalhistas e previdenciários. Relata o projeto que regulamenta a terceirização na Comissão do Desenvolvimento Nacional, tendo rodado o Brasil angariando apoio de sindicatos e entidades ligadas aos trabalhadores e a justiça trabalhistas contra a terceirização.

Deputados

Deputado José Carlos Araújo (PSD/BA)

O parlamentar ganhou evidência ao presidir o Conselho de Ética em meio ao processo de cassação por quebra de decoro de Eduardo Cunha, lançando ainda diversas críticas às ações do presidente da Casa que interferiram no processo, consideradas manobras para adiamento da votação do processo, as quais acabaram tendo sua continuidade aprovada pelos membros do Conselho.





Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)

O parlamentar tornou-se uma das peças principais do jogo político de 2015 após, no exercício da liderança do PMDB na Câmara, desvincular-se da órbita de influência de Eduardo Cunha e migrar para o grupo de apoio à presidente Dilma – movimento que foi determinante para a recuperação do Governo nos últimos meses do ano.

Deputados Jandira Feghali e Silvio Costa

Feghali (PCdoB/RJ) seguiu o mesmo caminho de sua correligionária no Senado e foi uma das vozes mais atuantes em defesa do Governo na Câmara dos Deputados, ao lado do deputado Silvio Costa (PTdoB/PE), que também se notabilizou pelas duras críticas ao presidente da Câmara proferidas quase diariamente em Plenário.



Deputados Mendonça Filho e Carlos Sampaio

Na Câmara, Mendonça Filho (DEM/PE) e Sampaio (PSDB/SP) se destacaram no comando da oposição, se aproximando ainda do deputado Eduardo Cunha no desenho das estratégias envolvendo a tramitação do pedido de impeachment presidencial na Casa.



Deputados André Moura e Paulinho da Força

André Moura (PSC/SE), relator da Reforma Tributária, e Paulinho da Força (SD/SP) estiveram à frente do grupo de apoio à Cunha em meio à forte pressão sofrida pelo presidente da Casa após as denúncias de corrupção envolvendo o seu nome.

Paulinho da Força também teve atuação de destaque nas discussões da aprovação do PL 4330/03 (Terceirização) na Câmara, negociando o apoio de centrais sindicais ao projeto, além da mobilização de atos pró-impeachment.



PODER JUDICIÁRIO

As atividades do Judiciário que mais repercutiram foram as protagonizadas pelas decisões do juiz federal de Curitiba **Sergio Moro** e do Supremo Tribunal Federal (STF) nos casos de corrupção envolvendo políticos e empresários a partir das operações da Polícia Federal **Lava-Jato** e **Zelotes**. No Mensalão, houve o desfecho do julgamento final, que resultou na absolvição de réus pelo crime de quadrilha, e as deliberações dos recursos relacionados às solicitações sobre trabalho externo e prisão domiciliar dos condenados, como José Dirceu e José Genoíno.

Outro fato relevante do STF foi a indicação do advogado **Edson Fachin** para ocupar a vaga de **Joaquim Barbosa**, considerada conturbada em razão das polêmicas levantadas quanto aos seus posicionamentos ideológicos e políticos. A sabatina do Senado Federal foi palco de diversos questionamentos, mas sua aprovação em Plenário foi ratificada pela maioria. O ministro tomou posse em junho.

Nos julgamentos da Suprema Corte, o ano foi marcado por decisões no âmbito da **repercussão geral** que envolveram disputas com impacto sobre o volume de processos na Justiça, como temas de direito financeiro, direito trabalhista e matérias relativas a servidores públicos e aposentados. A Corte decidiu ainda sobre temas de relevo jurídico, como o poder de investigação criminal do Ministério Público e o uso do *Habeas Data* para obtenção de informações fiscais. Também sofreu críticas de parlamentares pelo alegado **ativismo**, tendo como exemplo a declaração de inconstitucionalidade da inclusão de emendas parlamentares sobre assuntos diferentes, do tema original em Medidas Provisórias (os denominados jabutis) e sobre a decisão quanto ao **rito do impeachment**.

O Supremo também enfrentou **questões do sistema político-eleitoral** que disciplinaram temas como a proibição do financiamento empresarial de campanhas; o julgamento que concluiu que a perda do mandato por infidelidade partidária não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário, mas apenas aqueles eleitos pelo sistema proporcional (deputados e vereadores); e a inconstitucionalidade da Lei 12.875/13, que restringia acesso de partidos novos ao Fundo Partidário e à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

Além disso, o reconhecimento da **repercussão geral**, que uniformiza as decisões das instâncias inferiores, foi estendido a outros temas que ainda serão julgados, como a legalidade do ensino domiciliar; o “direito ao esquecimento” na esfera civil; aplicação de novo teto de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) a execuções em curso; restrição à imunidade de empresas ao ITBI; incidência da contribuição ao SENAR sobre receita bruta; incidência de IR sobre juros de mora recebidos por pessoa física; correção e juros de mora em precatórios; perdão de dívida tributária decorrente de benefícios inconstitucionais; e valor de multa por mora no ISS; manutenção de contribuição social depois de atingida a finalidade que motivou sua criação; o caráter confiscatório da multa de 150% aplicada pela Receita Federal em razão de sonegação, fraude ou conluio; exigência da taxa para expedição da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), com base na Lei 6.994/1982, em projetos de engenharia e arquitetura.

O Supremo também avançou na edição novas **Súmulas Vinculantes**, com destaque para a Súmula nº 38 (competência do Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial), a Súmula nº 48 (legitimidade da cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro na entrada de mercadoria importada do exterior); a Súmula nº 52 (imunidade ao IPTU em locação para terceiros de imóvel pertencente aos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos) e a Súmula nº 53 (competência da Justiça do Trabalho para execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados)

Sob a presidência do ministro **Ricardo Lewandowski**, a atuação do **Conselho Nacional de Justiça** (CNJ) manteve uma ação mais corporativa, com dedicação maior ao planejamento administrativo do Judiciário. Dentre outras medidas, o presidente procurou dar ênfase à implantação do processo judicial eletrônico (PJe), e às ações referentes ao Sistema Carcerário no chamando combate à “cultura do encarceramento”. Também é destaque o apoio aos métodos alternativos de solução de controvérsias – como a mediação e arbitragem – e o aprimoramento do uso da Tecnologia da Informação nos serviços judiciais com o sistema de gravação audiovisual de audiências e o sistema nacional de videoconferências.

Duas das principais decisões do Conselho foram a aprovação da reserva a candidatos negros para o mínimo de 20% das vagas oferecidas em concursos no Poder Judiciário e a regra que estabelece o impedimento da atuação dos magistrados em processos patrocinados ou tendo como interessados advogados parentes consanguíneos e afins.

O **Superior Tribunal de Justiça** (STJ) ganhou novos membros com a indicação dos desembargadores federais **Reynaldo Soares da Fonseca**, na vaga deixada por Arnaldo Esteves Lima, e **Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**, na vaga de Ari Pargendler.

Dentre as novas súmulas aprovadas, destacam-se a Súmula nº 539 (permissão de capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31 de março de 2000); a Súmula nº 550 (a utilização de score de crédito dispensa o consentimento do consumidor) e a Súmula nº 543 (devolução de valores em distrato em contratos imobiliários)

Dos **principais julgamentos em 2015**, sobressaem-se aqueles que decidiram questões como: a incidência do Imposto de Renda sobre o adicional de 1/3 (um terço) de férias gozadas; a não responsabilidade do provedor nas redes sociais pelas manifestações de seus participantes; a abusividade de se conceder desconto para pagamento em dinheiro ou cheque e cobrar preço diferente para utilização do cartão de crédito, quando do pagamento pelo mesmo produto ou serviço; e a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à relação jurídica entre participantes ou assistidos de plano de benefício e entidade de previdência complementar fechada.

O **Tribunal Superior Eleitoral** (TSE) tomou algumas decisões relevantes, a principal delas sendo a de prosseguir com o processo que avalia o cometimento de infrações pela campanha da presidente e do vice-presidente da República. Também se destaca

a admissão do registro de **novos partidos políticos**: o Partido Novo, a Rede Sustentabilidade e o Partido da Mulher Brasileira.

Ressalta-se que em razão da aprovação da **chamada PEC da Bengala** em 2015, que alterou a idade para aposentadoria compulsória dos magistrados de 70 para 75 anos, retirou-se da presidente Dilma Rousseff a prerrogativa de nomear 20 nomes que iriam se aposentar até o fim de 2018 nos Tribunais Superiores: STM (6 vagas), STF (5 vagas), STJ (3 vagas), TST (3 vagas) e TCU (3vagas).

PERSPECTIVA 2016

O ano se inicia ainda sob a sombra dos assuntos inacabados de 2015, com a presidente sob pressão com relação ao **processo de impeachment** e denúncias da **Lava Jato** que chegam cada vez mais próximas ao núcleo do governo, ao ex-presidente Lula e a ela própria – que deve ser ouvida ainda como testemunha de um dos réus da **Operação Zelotes**, que investiga a suspeita de pagamento de propina para integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e a suposta venda de duas Medidas Provisórias durante os Governos de Lula e Dilma.

Apesar do esforço da recomposição da base aliada no fim do ano passado e do enfraquecimento do principal ator no processo de impeachment, Eduardo Cunha, o Planalto terá um início de ano de muita tensão na costura política para evitar a aprovação da continuidade do processo na Câmara. Mesmo com um cenário até o momento positivo para Dilma quanto à votação do processo caso chegue ao Senado, a oposição aposta que o agravamento da situação econômica e as manifestações populares contrárias ao Governo possam mudar o alinhamento dos senadores ao Palácio do Planalto.

Os posicionamentos conflitantes das **diferentes alas do PMDB** devem começar a ser resolvidos em março, durante as eleições para a diretoria e presidência da legenda marcadas para março – que conta com pressões para substituição de Michel Temer na presidência por algum senador do partido, como Romero Jucá (RR). A decisão deve também dar definição sobre a continuidade ou não da aliança do partido com o PT, tendo em vista a aproximação das eleições de prefeitos e vereadores em outubro.

As articulações políticas em torno das **eleições municipais** serão decisivas também para a relação dos partidos da base com o Governo Dilma – em função do esperado afastamento de algumas legendas, mesmo que localmente, motivadas pela avaliação tão negativa da atual administração federal em meio à crise.

O **campo econômico** deve continuar como o principal objeto das políticas do Governo, agora sob condução de **Nelson Barbosa**, considerado de perfil mais desenvolvimentista. O novo ministro já iniciou o ano com discurso sobre a retomada dos investimentos governamentais junto ao setor privado, numa sinalização de aproximação com as bases do PT, que causam preocupação aos investidores e agências de risco internacionais quanto ao seu real comprometimento com o necessário ajuste fiscal.

Nessa esfera, uma das principais discussões de 2016 deve ser a proposta da Fazenda de **unificação do PIS/Cofins** em um novo sistema que pode incorrer em aumento da carga tributária. A perspectiva é que a alíquota seja elevada de 3,75% para 9,25%, com mudança ainda da regra de cobrança e apuração de créditos sobre os insumos da cadeia produtiva – afetando, principalmente, o setor de serviços.

Seguindo a tendência internacional, o debate sobre o **desemprego** também estará em evidência e promete desgastar o governo ao mesmo tempo em que afastará o PT de sua base sindical afetada pelos resultados ruins nesta área – com destaque para as 1,5 milhão de vagas fechadas no Brasil ano passado e a previsão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de que o país terá mais 750 mil desempregados em 2016 (cerca de um terço das demissões mundiais). Essas discussões também irão impactar diretamente o debate sobre a **Reforma da Previdência** – um dos pontos prioritários para 2016 já levantado pela presidente Dilma, preocupada com o rombo nas contas da previdência oficial.

Na Câmara dos Deputados há grande expectativa quanto à viabilidade de **Eduardo Cunha** se manter na Presidência da Casa após o pedido de seu afastamento por parte do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para que sua atuação não prejudique as investigações das denúncias contra seu nome – enquanto avança ainda seu processo de perda de mandato no Conselho de Ética.

A Casa, fórum dos maiores problemas de governabilidade observados em 2015, deve se concentrar ainda nas articulações envolvendo o processo de impeachment presidencial até março, além da definição dos novos presidentes das Comissões Permanentes.

Outras importantes questões a serem enfrentadas serão a **renovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU)** e a **recriação da CPMF** que devem ser debatidas ainda no primeiro semestre deste ano, tendo em vista que esses valores já estão considerados no orçamento aprovado pelos parlamentares para o ano, que prevê novo déficit, agora entre 48,9 bilhões e 117 bilhões de reais.

Como primeiros itens da agenda de trabalho dos congressistas em 2016 estão a aprovação das Medidas Provisórias que tratam sobre: elevação do imposto sobre ganho de capital para pessoa física (**MPV 692/15**); ampliação da Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex e autorização de compras de outras instituições financeiras pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica até 2018 (**MPV 695/15**); promoção da Reforma Administrativa dos órgãos da administração federal (**MPV 696/15**); redução dos incentivos para o setor químico, fim das isenções em fundos de investimentos e suspensão dos incentivos para pesquisa, inovação e desenvolvimento (**MPV 694/15**).

No Senado, a **ampliação do Simples**, **redução da participação da Petrobrás na exploração do pré-sal** e o debate sobre a criação da **Autoridade Fiscal Independente** devem dominar a pauta do Plenário no primeiro semestre. Já o debate sobre a **terceirização** corre o risco de ser adiado em função de sua discussão se dar em ano eleitoral, haja vista o desgaste sofrido pelos parlamentares que se posicionaram favoráveis à causa durante a votação na Câmara perante o eleitorado.

Com economias frágeis, o **Mercosul** inspira bastantes cuidados para o ano de 2016 após um ano de PIBs negativos. A Venezuela é o foco de maior preocupação devido à recente mudança política no âmbito legislativo que põe em cheque o combalido regime autoritário de Nicolás Maduro – que passa por um difícil momento devido à vertiginosa queda do preço do barril do petróleo em 2015. Recentemente, Argentina e Paraguai sugeriram algum tipo de punição àquele país dentro do bloco em função das ações autoritárias do regime.

Já a mudança no comando da Argentina se apresenta mais positiva do ponto de vista comercial para o Brasil, tendo em vista o enfoque de recuperação econômica manifestado pela nova administração – que ainda tem dado sinais de retirada das atuais barreiras e dificuldades à importação que vinham sendo impostas aos produtos brasileiros.

Mais uma vez, o ano deve ser de grande expectativa quanto ao **Acordo Comercial Mercosul – União Europeia**, aguardando a apresentação conjunta das propostas dos dois blocos para prosseguimento das negociações.

No **Poder Judiciário**, permanece em expectativa o prosseguimento das investigações e desdobramentos das operações **Lava-Jato** e **Zelotes**, bem como o julgamento da **ação de impugnação de mandato** contra a chapa da presidente Dilma Rousseff e do vice Michel Temer em curso no TSE. Os Tribunais Superiores devem promover também audiências e julgamentos de temas que ganharam o status de repercussão geral no ano de 2015.